

PARECER Nº 01/2020 – COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

PROCESSO SCDOC Nº 6488/2020

EMENTA: GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA – INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA A DIRETORIA EXECUTIVA DA CEGÁS – LEI Nº 6.404/76 (LEI DAS S.A.) – APLICAÇÃO DOS REQUISITOS DA LEI Nº 13.303/2016 (LEI DAS ESTATAIS), DA POLÍTICA DE INDICAÇÕES, E DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ.

FATOS

Trata-se o presente de parecer opinativo do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS acerca da análise de conformidade do processo de indicação e avaliação de candidatos a membros da Diretoria Executiva da Companhia.

Conforme registrado em Ata de Reunião, e com fundamento nas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 13.303/2016, pelo Estatuto Social da CEGÁS, pela Política de Indicações, e pelo Regimento Interno do Comitê, este Comitê Estatutário de Elegibilidade recebeu e analisou a documentação apresentada pelo indicado, documentação essa consistente em:

- I. Despacho exarado pela Secretaria Geral da CEGÁS, encaminhando documentação dos indicados;
- II. Ofício SEGAB nº 236/2020, emitida pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Estado do Ceará, indicando o Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior para Diretor Presidente (recondução);
- III. Formulário de Cadastro de Administrador preenchido e assinado pelo indicado pelo Estado do Ceará;
- IV. Currículo Lattes do indicado;
- V. Cópia de Diploma de título de Engenheiro de Aeronáutica do indicado;
- VI. Cópia de Certificado de título de Mestre do indicado;
- VII. Cópia de Certificado de título de Doutor do indicado;
- VIII. Cópia do Contrato Social de empresa em que atuou como gestor o indicado pelo Estado do Ceará;

- IX. Cópia do documento pessoal e do comprovante de endereço do indicado;
- X. Carta de indicação, emitida pelo Diretor de Participações da Mitsui, indicando o Sr. Fábio Augusto Norcio para Diretor Administrativo e Financeiro (recondução);
- XI. Formulário de Cadastro de Administrador preenchido e assinado pelo indicado pela Mitsui;
- XII. Curriculum Vitae do indicado;
- XIII. Cópia do Diploma de título de Bacharel em Administração do indicado;
- XIV. Declaração emitida pela Mitsui, segundo a qual o indicado ingressou na empresa como Gerente em janeiro de 2008, tendo exercido funções de Diretor Administrativo Financeiro nas companhias SERGÁS, COMPAGÁS e CEGÁS;
- XV. Cópia do documento pessoal e do comprovante de endereço do indicado;

Passamos ao parecer opinativo deste Comitê.

FUNDAMENTOS

Primeiramente, como fundamentação deste parecer, tem-se a Lei nº 13.303/2016, que assim determina:

Art. 10. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão criar comitê estatutário para **verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal**, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

Como instrumento que rege a atividade da Companhia, o Estatuto Social prevê:

Art. 29. O Comitê Estatutário de Elegibilidade será designado pela Diretoria Executiva e auxiliará os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem remuneração adicional.

Parágrafo Único. O Comitê Estatutário de Elegibilidade exercerá as atribuições estabelecidas pela legislação aplicável, bem como pelo seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, que incluirá a descrição detalhada de seu procedimento e demais disposições.

Quanto ao referido Regimento Interno, destaque-se o seguinte:

6.3. Atribuições

O Comitê terá como atribuição auxiliar os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário.

No tocante a eleição dos membros da Diretoria, a Lei nº 6.404/76, determina de forma genérica os requisitos necessários para assunção do cargo de administrador, dispondo:

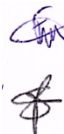
Art. 146. *Poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os diretores ser residentes no País. (Redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011).*

§ 1º A ata da assembléia-geral ou da reunião do conselho de administração que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio e publicada. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 2º A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Art. 147. *Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembléia-geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.*

§ 1º São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.



§2º São ainda inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

§3º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembléia-geral, aquele que: (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

II - tiver interesse conflitante com a sociedade. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 4º A comprovação do cumprimento das condições previstas no § 3º será efetuada por meio de declaração firmada pelo conselheiro eleito nos termos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários, com vistas ao disposto nos arts. 145 e 159, sob as penas da lei. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)”

Já a Lei nº 13.303/2016 estabelece os requisitos específicos para que o pretenso membro da Diretoria Executiva possa ocupar o cargo, nos seguintes termos:

“Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I - ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;

II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010.

§ 1º. O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.

§ 2º. É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;

II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;

V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade.

§3º. A vedação prevista no inciso I do § 2º estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.

§4º. Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

§5º. Os requisitos previstos no inciso I do caput poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da empresa pública ou da sociedade de economia mista para cargo de administrador ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

I - o empregado tenha ingressado na empresa pública ou na sociedade de economia mista por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na empresa pública ou na sociedade de economia mista;

III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da empresa pública ou da sociedade de economia mista, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.”

Por sua vez, a Política de Indicações da CEGÁS destacou em seu item 6.2 os requisitos e impedimentos a serem observados para que se demonstre a aptidão do indicado para figurar como Administrador da Companhia. O Subitem 6.2.1 enfatizou os “requisitos” que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva devem possuir:

6.2.1. Os requisitos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são, cumulativamente:

- a) ser cidadão de **reputação ilibada** e **conhecimento notório**;
- b) ter **experiência profissional** de, no mínimo 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da companhia ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

- cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da companhia, entendendo-se

como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da companhia;

- cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;
- cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da companhia;
- experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da companhia;

c) ter **formação acadêmica compatível** com o cargo para o qual foi indicado;

d) não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010, transcritas abaixo:

Ainda quanto à Política de Indicações, o subitem 6.2.2 lançou as situações de “vedação” a serem observadas pelos indicados ao cargo de Administrador da CEGÁS, sendo elas:

6.2.2. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:

- Representantes do órgão regulador ao qual a companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública sem vínculo permanente com o serviço público, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo (e seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas);
- Pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- Pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- Pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou

serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;

- Pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia.

6.2.3. Os requisitos previstos no item 6.2.1. b) acima poderão ser dispensados para o caso de indicação de empregado para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, e para eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

I - o empregado tenha ingressado na companhia por meio de concurso público;

II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na companhia;

III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da companhia, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo para o qual foi indicado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em análise à documentação apresentada pelos indicados e em cumprimento às normas sobre o assunto, este Comitê Estatutário de Elegibilidade opina da seguinte forma:

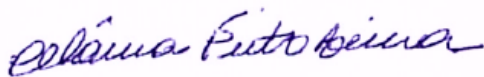
1. O Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior, com base exclusivamente na documentação apresentada no processo administrativo SCDOC nº 6488, é considerado apto a ser membro da Diretoria Executiva, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS;
2. O Sr. Fábio Augusto Norcio, com base exclusivamente na documentação apresentada no processo administrativo SCDOC nº 6488, é considerado apto a ser membro da Diretoria Executiva, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS.

Registre-se, por oportuno que a manifestação do Comitê é meramente opinativa e não tem caráter decisório, não afastando o dever de exame e decisão dos órgãos competente sobre as indicações que lhe forem submetidas.

É o parecer. S.M.J.

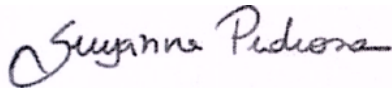
Fortaleza, 31 de agosto de 2020.

MEMBROS DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE



Celânia Pinto Lima

Gerência de Recursos Humanos



Suyanne Maria Trindade Pedrosa

Gerência Jurídica



Valéria Lima Portela

Coordenação de Gestão de Riscos e Conformidade